

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.730 - DF (2018/0332240-4)**

RECORRENTE : MARIA MARLENE PEREIRA DA SILVA SANTOS  
ADVOGADOS : JOSÉ UMBERTO CEZE E OUTRO(S) - DF008622  
RICARDO HUMBERTO CEZE - DF020221  
RECORRIDO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### **DECISÃO**

Na origem, trata-se de ação ordinária ajuizada por Maria Marlene Pereira da Silva Santos contra a Fundação Universidade de Brasília, objetivando seja reconhecido o vínculo de trabalho, declarada a nulidade da contratação e a ré condenada a pagar, diretamente ao reclamante, o valor referente ao FGTS e à multa de 40%, relativo a todo o pacto laboral.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 302.367,85 (trezentos e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

O juízo inicial julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a ré a efetuar os depósitos do FGTS na conta vinculada da parte autora referente ao período de 07/2008 a 11/2014, a ser apurado em liquidação de sentença. Na ocasião, por conta da sucumbência parcial, fixou os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre a metade do valor da causa atualizado.

Trata-se o presente de recurso especial, exclusivamente quanto à fixação dos honorários recursais, interposto por MARIA MARLENE PEREIRA DA SILVA SANTOS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim ementado:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL.  
ADMINISTRATIVO. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.  
CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. AUSÊNCIA DE  
CONCURSO PÚBLICO (CF, ART. 37, IX). VERBAS RESCISÓRIAS.  
NÃO CABIMENTO. FGTS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITOS.  
POSSIBILIDADE.

I - "A jurisprudência desta Corte é no sentido de que é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal a servidor contratado temporariamente, nos moldes do art. 37, inciso IX, da referida Carta da República, notadamente quando o contrato é sucessivamente renovado." (AI 767024 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 13/03/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-079 DIVULG 23-04-2012 PUBLIC 24-04-2012.)

II - "Recurso extraordinário. Direito Administrativo. Contrato nulo. Efeitos. Recolhimento do FGTS. Artigo 19-A da Lei nº 8.036/90. Constitucionalidade. 1. É constitucional o art. 19-A da Lei nº 8.036/90, o qual dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde

# *Superior Tribunal de Justiça*

que mantido o seu direito ao salário. 2. Mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição Federal, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento." (RE 596478, ELLEN GRACIE, STF.)

III - "A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS" (Enunciado n. 363/TST)

IV - "O titular da conta vinculada ao FGTS tem o direito de sacar o saldo respectivo quando declarado nulo seu contrato de trabalho por ausência de prévia aprovação em concurso público. "(Súmula 466, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 25/10/2010)

V - "Em casos que tais, esta egrégia Corte Federal tem se manifestado no sentido de aplicar, por analogia, o entendimento de que é inviável estender ao contratado as vantagens de ordem trabalhista, sendo devido apenas o levantamento dos valores depositados no FGTS, em especial porque o Supremo Tribunal Federal reafirmou, em regime de repercussão geral, na "que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS." (RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016)" (AC 0038842-64.2003.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, QUINTA TURMA, e-DJF1 de 29/06/2017.)

VIII - Mantida a sentença de reconhecimento do direito da parte autora ao recebimento de valores relativos ao FGTS.

IX - Apelação da FUB a que se nega provimento."

Em grau de apelação, o TRF da 1ª Região negou provimento à apelação da FUB, mantendo integralmente a sentença, mas deixou de majorar os honorários advocatícios, nos seguintes termos:

17. Já no que se refere à previsão contida no § 11 do art. 85 do CPC/2015, para que o tribunal, ao julgar recurso, majore os honorários fixados anteriormente, em primeira instância, levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observo que o caso presente não se amolda à hipótese legal, diante da ponderação do disposto nos incisos I a IV do § 2º do art. 85, bem como no valor agregado à demanda, em grau de recurso. (fl. 289)

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação do art. 85, § 11, do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que a norma do § 11 do art. 85 do CPC/15 é

# *Superior Tribunal de Justiça*

de observância obrigatória, não sendo uma faculdade do julgador.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Consoante a jurisprudência já consolidada nesta Corte Superior, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, é impositiva a majoração, de ofício, dos honorários fixados na origem no caso de não conhecimento ou desprovimento do recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/2015.

Ademais, é dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA (PROVA PERICIAL). AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO, DE OFÍCIO, DOS HONORÁRIOS POR OCASIÃO DO NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. OBRIGATORIEDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, é impositiva a majoração, de ofício, dos honorários fixados na origem no caso de não conhecimento ou desprovimento do recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/2015 (cf. AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1263297/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 27/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

6. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

7. Com a interposição de embargos de divergência em recurso especial tem início novo grau recursal, sujeitando-se o embargante, ao questionar decisão publicada na vigência do CPC/2015, à majoração dos honorários sucumbenciais, na forma do § 11 do art. 85, quando indeferidos liminarmente pelo relator ou se o colegiado deles não conhecer ou negar-lhes provimento.

8. Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrará-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017)

Na hipótese, tendo o recurso de apelação da FUB sido desprovido, é de rigor a majoração dos honorários advocatícios fixados na origem, devendo, assim, os autos retornarem ao Tribunal de origem para seu adequado arbitramento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para que proceda à majoração dos honorários, na forma do art. 85, § 11, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de abril de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator